



BNDES tem impacto recorde de R\$ 276,5 bi no crédito em 2024

PEC contra escala 6x1 é protocolada na Câmara com 234 assinaturas

Página 6

São Paulo ultrapassa 2 milhões de emissões da CIN em um ano

Página 2

Finanças pautam nova rodada da COP16 da Biodiversidade em Roma

A 16ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16) foi retomada, na terça-feira (25), na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália, para nova rodada de negociações globais. No centro do debate - que prossegue até o dia 27 - está o financiamento para conservação e uso sustentável da diversidade de vida no planeta.

O primeiro encontro, ocorrido em Cali, entre os dias 20 de outubro e 1º de novembro de 2024, terminou sem que os mais de 190 países presentes alcançassem acordo sobre o valor e a forma de financiamento das ações globais de biodiversidade. **Página 3**

Governo anuncia vacina 100% nacional contra a dengue no SUS em 2026



Foto: José Cruz/ABR

Página 6

Governo de SP reforça ações para proteção de animais silvestres nas rodovias paulistas

Página 2

Haddad desmente fake news sobre aumento de contribuição do MEI

Página 4

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,75
Venda: 5,75

Turismo
Compra: 5,80
Venda: 5,98

EURO

Compra: 6,04
Venda: 6,04

Esporte

Marcelo Melo e Rafael Matos conquistam o título de duplas do Rio Open

O Rio Open, apresentado pela Claro, tem pelo segundo ano seguido o título de duplas conquistado por brasileiros, mas desta vez de forma especial, com uma parceria formada apenas por tenistas do país, com Marcelo Melo e Rafael Matos, os dois melhores duplistas do país na atualidade.

Matos conquistou o maior torneio de América do Sul pelo segundo ano consecutivo, enquanto Melo enfim chegou ao primeiro título no Rio depois de duas vezes chegando à final, mas sem a taça. Desta vez, aos 41 anos, o ex-número 1 do mundo levantou o troféu no Jockey Club Brasileiro e se emocionou muito após a partida contra os espanhóis Pedro Martínez e Jaume Munar por 2 sets a 0, com parciais de 6/2 e 7/5, em 1h37.

“Faz mais ou menos 18 anos que eu jogo duplas. Eu fui número 1 do mundo, ganhei Roland Garros, Wimble-

don, mas igual isso aqui não tem jeito. A gente escuta muita coisa, espero que não pareça, mas eu tenho 41, é um título que todo mundo ao meu redor sabia o quanto eu queria ganhar. Fui muito esperto de ter escolhido o Rafa para mostrar o caminho das pedras”, disse Melo.

“Realmente muito especial pra mim, eu tive inúmeras conquistas, mas era um título que eu realmente gostaria de vencer, o Rio Open. Todo ano a gente vem aqui e tenta programar para que aconteça. Eu sempre acreditei que seria possível, era minha terceira final já, estava passando da hora de conquistar o título que para mim é com certeza um dos mais importantes”, completou.

A conquista na Cidade Maravilhosa depois de uma final em Buenos Aires coloca a dupla brasileira como a sexta melhor da temporada na corrida para o ATP Finals, que reúne as oito melhores parcerias no fim do ano em Tu-

rim, na Itália.

O troféu do ATP 500 carioca foi o 39º da carreira de Marcelo Melo em 77 finais disputadas. Com o título, ele se igualou ao croata Mate Pavic como o maior campeão de duplas em atividade na ATP. O tenista não pretende parar por aí, ressalta que pretende seguir jogando e com planos para chegar nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 2028.

Sebastian Baez faz história e se torna o primeiro bicampeão de simples do Rio Open

O argentino Sebastian Baez marcou seu nome na história do Rio Open, apresentado pela Claro, ao se tornar no domingo o primeiro tenista a conquistar o maior torneio da América do Sul duas vezes na chave de simples, superando na decisão o francês Alexandre Muller na Quadra Guga Kuerten lotada.

Cabeça de chave número 5 do ATP 500 carioca, Baez teve atuação impecável na final contra Muller e garantiu pelo segundo



Rafael Matos e Marcelo Melo

ano seguido o troféu desenvolvido por Antonio Bernardi ao fechar o jogo por 2 sets a 0, com parciais de 6/2 e 6/3, em 1h26.

O tenista de 24 anos chegou ao sexto título da carreira. Além dos dois troféus do Rio Open, os maiores da carreira, Baez também conquistou os ATPs de Córdoba, Kitzbühel e Winston-Salem em 2023,

além de Santiago em 2024.

Após a vitória sobre Muller, Baez pediu aplausos para seu técnico Sebastian Gutierrez, o Guti, que prometeu tatuar o Cristo antes do bicampeonato. Ainda na quadra, ele declarou seu amor ao Rio de Janeiro.

Na entrevista coletiva, o tenista revelou que tinha dúvidas

sobre jogar no Rio de Janeiro devido ao momento que vinha passando de resultados abaixo do esperado. O treinador foi quem o convenceu e o ajudou a tomar a decisão que culminou no segundo título de ATP 500 da carreira.

Em quadra, antes da premiação, técnico ressaltou o espírito de luta do primeiro bicampeão do Rio Open, além de reafirmar o compromisso de tatuar o Cristo devido ao título do pupilo.

Baez recebeu o troféu de campeão das mãos de um ídolo do tênis argentino e referência mundial do esporte, o ex-número 3 do mundo Juan Martín Del Potro.

Vice-campeão no Rio Open depois de vitórias expressivas sobre João Fonseca e Francisco Cerundolo, antes de passar por Francisco Comesaña na semifinal, Alexandre Muller deixa o maior torneio da América do Sul com o melhor ranking da carreira, entrando pela primeira vez no top 50.

Circuito das Serras Miracatu fechou a temporada 2024 em grande estilo

O Circuito das Serras fechou sua temporada 2024 no domingo (23). A cidade de Miracatu, no Vale do Ribeira, recebeu cerca de mil corredores nos percursos de 5, 8 e 21 quilômetros. E, como nas duas provas anteriores, no Parque Estadual do Jiquery, em Franco da Rocha, e no Parque do Povo, em

Jundiá, a etapa final foi um sucesso. O evento, organizado pelo Adventure Club, contou, inclusive, com a presença do prefeito da cidade, Vinicius Brandão de Queiroz, que participou da prova de 8 km.

“A terceira etapa do Circuito das Serras, em Miracatu, foi abençoada. Pela manhã, as nuvens evitaram o calor de 38 graus que estava na região. Todos os corredores termina-

ram antes do meio-dia, fazendo dessa uma etapa muito bonita. Tivemos vários projetos sociais vindos de São Paulo e de Miracatu, reunindo um grupo muito diversificado de corredores. No combate ao sedentarismo, o Circuito das Serras faz a sua missão, trazendo pessoas para o mundo da corrida”, destacou Sérgio Zolino, diretor-geral do evento.

O Circuito das Serras é uma

competição disputada em um dia, na qual os atletas poderão optar pelos percursos que mais lhes agradarem, e somente na categoria solo. Ao longo dos últimos anos, a competição, criada pelo Adventure Club, tem se tornado uma das preferidas dos atletas que gostam de provas em meio à natureza.

Na briga pelo topo do pódio, os melhores da terceira etapa foram Zandonaides Ale-

crim da Silva, 22min22.576, e Joanderson do Nascimento Dias, 17min03.696, nos 5 km; Vânia Elaine Teixeira Sousa, 47min34.519, e Jonathas Barbosa dos Santos, 34min30.456, nos 8 km, e Carolina Candea, 2h00min13.244, e Ronielmo Cardoso Lopes 1h41min03.924, nos 21 km.

O Circuito das Serras Miracatu é uma realização do Adventure Club, com apoio da Lei

de Incentivo ao Esporte e da Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo. O patrocínio é de Astra, Grupo Feital, Track&Field, TFSports, Catupiry e Rehau, com apoio de Toledo do Brasil, Interfood, HidroAll, Mitsubishi Motors, Horiba, Lapp, Shimadzu e Prefeitura de Miracatu.

Mais informações no site www.circuitodasserras.com

São Paulo ultrapassa 2 milhões de emissões da CIN em um ano

O Estado de São Paulo já ultrapassou a marca de 2 milhões de emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN), o novo documento de identificação válido em todo o território nacional. Emitida pelo Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IRGD), vinculado à Secretaria de Segurança Pública (SSP), a CIN utiliza o número do CPF como Registro Geral Nacional, eliminando duplicidades e reduzindo o risco de fraudes.

O sucesso na emissão da CIN, iniciada em janeiro de 2024, tem sido impulsionado pela am-

pliação dos serviços digitais oferecidos pelo Poupatempo. Com o lançamento do novo portal e aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR, a acessibilidade e a conveniência para os cidadãos aumentaram consideravelmente. Entre janeiro de 2024 e 2025, o Poupatempo registrou aproximadamente 17 milhões de atendimentos presenciais, além de 17,2 milhões de serviços iniciados pelo portal e 20,8 milhões por meio do app. Esses números evidenciam a forte adesão da população às soluções digitais, proporcionando um atendimento mais rápido e seguro.

Para solicitar a CIN, os cidadãos podem procurar uma das mais de 240 unidades do Poupatempo espalhadas pelo estado. O programa, gerido pela Prodesp, empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo vinculada à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), oferece a primeira e segunda via da CIN, além de mais de 4,3 mil serviços ativos, como renovação de CNH, agendamen-

to de mamografia, consulta a hemocentros e serviços para pessoas com deficiência, como a CIPTEA e o adesivo veicular TEA.

Como solicitar a CIN

O atendimento deve ser agendado previamente, sem custos, pelo portal do Poupatempo, pelo aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR, nos totens de atendimento ou via WhatsApp,

pelo número (11) 95220-2974.

No dia agendado, o cidadão deve comparecer ao posto escolhido com a Certidão de Nascimento ou de Casamento (original e cópia). Outros documentos, como CPF, título de eleitor, INSS, carteira de reservista, PIS, NIT, NIS e PASESP, podem ser incluídos na CIN. Além do Poupatempo, o serviço também está disponível nas unidades do IRGD.

Durante o atendimento, é possível registrar a vontade de ser doador de órgãos.

A CIN conta com um QR Code que permite verificar a autenticidade do documento e consultar se ele foi furtado ou extraviado, utilizando qualquer smartphone. A versão digital está disponível no aplicativo GOV.BR, no menu "Carteira de Documentos". (Governo de SP)

Governo de SP reforça ações para proteção de animais silvestres nas rodovias paulistas

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), previu no edital de concessão do Lote Paranapanema a obrigatoriedade da implementação de 22 passagens de fauna ao longo dos 282,3 km de rodovias que serão concedidas à iniciativa privada entre os municípios de Ourinhos e Itapetininga.

Dentro dos primeiros dois anos de contrato, a concessionária deverá apresentar um Plano de Ação de Biodiversidade (PAB), que contempla a instalação de passagens aéreas e subterrâneas para auxiliar a fauna, construção, adequação e manutenção desses corredores, além da identificação de hotspots – áreas críticas de alta incidência de atropelamentos, e também o grau de ameaça das espécies nas margens das rodovias concedidas.

Levantamento da Artesp

mostra que, entre 2019 e 2023, mais de 36 mil animais silvestres foram atropelados em toda a malha de rodovias concedidas no estado de São Paulo, com redução de 4,37% nas ocorrências em 2022. Atualmente, são 415 estruturas em funcionamento e mais 121 previstas para serem implantadas nas rodovias paulistas concedidas.

"A instalação de passagens de fauna é uma solução eficaz para reduzir os acidentes com animais, garantir a proteção das espécies que habitam essas regiões e tornar o trânsito mais seguro", destaca Raquel Carneiro, diretora da Companhia Paulista de Parcerias (CPP).

O Lote Paranapanema atravessa uma região de Mata Atlântica com fauna rica e diversificada, que habita as matas ciliares no entorno das represas utilizadas para geração de energia elétrica. A Estação Ecológica Para-

napanema, localizada no quilômetro 244 da rodovia Raposo Tavares, já identificou a presença de espécies como tamanduá-bandeira, quati, capivara, paca e onça-parda nos trechos atendidos pelo Lote Paranapanema.

Para o Governo de São Paulo, a proteção a biodiversidade local nos trechos cortados por rodovias é um compromisso. Os projetos da Rota Sorocabana e Nova Raposo também preveem a implementação de mais 50 passagens de fauna, com um investimento de R\$ 16,9 milhões destinados aos corredores para animais.

Com um investimento total de R\$ 4,7 bilhões, o Lote Paranapanema contempla 282,3 km e beneficia 13 municípios da Região de Sorocaba, Angatuba, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Itai, Itapetininga, Ourinhos, Paranapanema, Pi-

raju e Tejuapá.

Programa de Parcerias em Investimentos (PPI-SP)

O Lote Paranapanema faz parte dos 1.800 km de rodovias qualificadas no Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), que tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, já são 29 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 494 bilhões. (Governo de SP)

Polícia prende quadrilha que clonava cartões em São Paulo

A Polícia prendeu na terça-feira (25) uma quadrilha responsável por aplicar o "golpe da falsa entrega" em São Paulo. Os suspeitos se passavam por entregadores para furtar os dados bancários das vítimas durante o pagamento de uma falsa taxa de entrega. Cerca de 40 pessoas foram lesadas pelo bando, que causou um prejuízo somado de mais de meio milhão de reais.

A quadrilha começou a ser investigada em 9 de janeiro com a prisão de um falso entregador na região do Parque São Lucas,

na zona leste da capital. O celular apreendido com o suspeito serviu de material de investigação, possibilitando a descoberta de uma rede ainda maior de golpistas que enganavam as vítimas através das máquinas de cartão com o golpe da falsa entrega.

Nesta terça, os policiais foram cumprimento de dez mandados de busca e apreensão e sete de prisão durante a Operação Feliz Aniversário. Cinco homens foram presos no Grajaú e em Americanópolis, na zona sul de São Paulo. Durante a ação, uma

mulher foi detida em flagrante por associação criminosa.

Os suspeitos aplicavam o golpe da falsa entrega de várias formas. O criminoso ligava para as vítimas e informava que elas iriam receber um presente de aniversário, ofertava o serviço de entrega de laudos médicos ou de refeições por aplicativo. Em todas elas, era cobrada uma taxa de entrega que servia para clonar o cartão da vítima.

"Quando a vítima realizava o pagamento, a máquina copiava a senha do cartão, que era repas-

sada a outra máquina para extrair os dados bancários", disse o delegado titular do 42º Distrito Policial do Parque São Lucas, Alexandre Bento.

Na casa dos detidos, foram apreendidos dois carros, três motos, R\$ 2,5 mil, dez celulares, um notebook e oito capacetes, todos utilizados na prática criminosa do golpe da falsa entrega. O bando foi encaminhado ao 42º DP onde respondem por crimes de furto qualificado e associação criminosa. (Governo de SP)

Linhas concedidas de trem e metrô devem transportar 8 milhões de foliões

Durante o período de Carnaval, as concessionárias ViaQuatro, ViaMobilidade e ViaMobilidade 8 e 9, que operam as linhas concedidas de metrô e trem na capital e região metropolitana de São Paulo, estimam que cerca de 8 milhões de pessoas passem pelas linhas 4-Amarela e 5-Lilais de metrô, e pelas linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda de trem.

Essa estimativa representa crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram transportados 7,35 milhões de foliões nas quatro linhas, sendo a 4-Amarela a mais utilizada por ser um dos princi-

pais meios de transporte para os blocos carnavalescos, especialmente devido às conexões estratégicas e ao acesso facilitado às regiões de grande concentração de público. No ano passado, 2,5 milhões de passageiros passaram pela linha no Carnaval.

A Linha 5-Lilais se destaca pelo crescimento de 9,82% na movimentação no ano passado em comparação a 2023, que saltou de 1,8 milhão de passageiros para mais de 2 milhões. Esse aumento foi impulsionado pela proximidade da Estação AACD-Servidor ao Parque Ibirapuera, que é palco de grandes blocos.

Diante deste cenário, as concessionárias estão adotando estratégias para que os clientes tenham uma melhor experiência do prei ao pois-Carnaval. Por isso, terá reforço do efetivo geral de atendimento e segurança nas estações mais movimentadas; presença do pelotão feminino de agentes de atendimento e segurança (AAS) em locais estratégicos para fortalecer a campanha de combate ao assédio; táticas de controle de fluxo de pessoas; integração das ações de segurança junto ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom); intensificação dos serviços de limpeza

za, e reforço na comunicação visual e sonora para orientar o público.

Durante o período de Carnaval, as estações com maior número de passageiros são: Luz, República, Higienópolis-Mackenzie, Paulista-Perambucas, Oscar Freire, Fradique Coutinho, Faria Lima e Pinheiros da Linha 4-Amarela; Chaicara Klabin, Hospital São Paulo, AACD-Servidor, Moema, Campo Limpo e Capão Redondo da Linha 5-Lilais; Palmeiras-Barra Funda e Lapa da Linha 8-Diamante; Vila Olímpia e Jurubatuba da Linha 9-Esmeralda. (Governo de SP)

Prefeitura continua revitalizando as vias de São Paulo no maior programa de recapeamento da história da capital

Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SM-SUB), informa que realiza o maior programa de recapeamento da história da capital. Desde junho de 2022, início do programa, foram concluídos 1322 trechos, totalizando mais de 17,9 milhões de metros quadrados. Outros 157 estão em

execução na data de hoje.

Entre os critérios considerados para a escolha destas vias para o recape, estão o volume de tráfego, a deterioração do pavimento existente, demanda de transporte coletivo sobre pneus, histórico de operação de conservação de pavimentos viários, além de outras demandas da pró-

pria comunidade. O programa de recapeamento usa as tecnologias da informação e de engenharia para diagnosticar as condições e os problemas nas vias, soluções de recomposição do pavimento de acordo com a patologia apresentada e recuperação da malha viária com asfalto de qualidade superior.

Após o serviço finalizado pelo programa de conservação e manutenção da malha viária, as vias entram no cronograma da CET para sinalização. Todas as previsões de entrega foram cumpridas e o tempo de execução, em média de 90 dias, abreviado em grandes avenidas. (Prefeitura de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Uma coisa, são cristãos [protestantes] vereadores(as) descansarem. Outra coisa é participarem de festejos que atacam o Cristo ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

PREFEITURA (São Paulo)
Uma coisa é o cristão [católico] Ricardo Nunes seguir atuando pra atender todos os eleitores(as) que não votaram na sua reeleição [2024] ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Uma coisa, são cristãos [protestantes] deputados(as) descansarem. Outra coisa é participarem de festejos que atacam o Cristo ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

GOVERNO (São Paulo)
Uma coisa é o cristão [católico] Tarcísio Freitas seguir atuando pra atender todos os eleitores(as) que não votaram na sua eleição [2022] ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

CONGRESSO (Brasil)
Uma coisa, são cristãos [protestantes] deputados(as) e senadores(as) descansarem. Outra coisa é participarem de festejos que atacam o Cristo ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa, são os cristãos [católicos] Lula e Alekmin seguirem atuando pra atender todos os eleitores(as) que não votaram neles [2022] ... Outra coisa são os Tempos [de DEUS]

PARTIDOS (Brasil)
Uma coisa é o Pablo Marçal [concorreu à prefeitura de São Paulo 2024] e agora o cantor Gustavo Lima se filiarem ao União [PSL + DEM] ... Outra coisa são os Tempos de DEUS

JUSTIÇAS (Brasil)
Uma coisa, são cristãos e cristãs [profissionais nas carreiras jurídicas] considerarem que fazem alguma justiça ... Outra coisa é a Justa Justiça do Cristo e os Tempos [de DEUS]

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "Por isso, deixará o homem a seu pai e a sua mãe e unir-se-á a sua mulher. E serão os dois uma só carne e, assim, já não serão dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem" **Marcos 10:7-9**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Mercado financeiro está mais tenso do que em outros tempos, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (25) que o mercado financeiro está mais tenso atualmente do que em outros períodos. O ministro participou nesta terça-feira da abertura da CEO Conference Brasil 2025, do BTG Pactual, em São Paulo.

“As pessoas estão mais com o dedo no gatilho, esperando uma notícia para agir, se proteger ou especular, tudo dentro da regra do jogo”, disse Haddad.

Ele comparou a situação atual

ao momento de incertezas vivido em dezembro de 2024, quando houve disparada do dólar e fuga de recursos.

De acordo com Haddad “as coisas estão se acomodando” e o ambiente econômico está equiparado ao de outros países, com economia semelhante ao Brasil, com contexto internacional que também gera impactos na economia do país.

“Quando você vê uma turbulência na economia americana, com falta de previsibilidade so-

bre o que a maior economia do mundo vai fazer, as pessoas ficam mais tensas. E não é só no Brasil. A situação externa é mais desafiadora.”

Segundo o ministro, as agências de classificação de risco, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os fundos de investimento têm uma visão diferente em relação à avaliação dos investidores locais.

“Eles não têm a força que os investidores domésticos têm, então aguardam um pouco antes de investir”.

Haddad reforçou que a visão da equipe econômica no início do governo é a mesma atualmente e todas as medidas tomadas até o momento, mesmo que dependendo de outros setores, houve avanços consideráveis, mas isso nem sempre é levado em consideração. Ele disse ainda acreditar que a agenda fiscal não pode perder o fôlego.

“Com a mudança nas presenças do Congresso Nacional, nós precisamos verificar quem serão os relatores das matérias, os presidentes das comissões e

a disposição dos líderes da oposição e da situação para endereçar temas importantes.”

O ministro discorreu ainda sobre a importância da reforma tributária aprovada pelo Legislativo, que entra em vigor a partir de 2027. “É a maior reforma tributária da história do Brasil, e sem aumento de carga.”

Haddad afirmou ainda que não é bom para o país ficar negando as coisas e inventando um passado brilhante que não aconteceu. “Quem tem um pouco a me-

mória do que é a economia brasileira desde o Plano Real sabe que nós vivemos alguns momentos mais delicados. Vivemos uma transição, em 2002, em que a dívida líquida era muito parecida com a atual, em torno de 60% do PIB.”

Segundo o ministro da Economia, o presidente Lula herdou uma Selic de 25%, uma inflação de 12% e uma dívida em dólar bastante apreciável e sem reservas cambiais. “E ninguém dizia que o Brasil iria quebrar”, disse. (Agência Brasil)

BNDES tem impacto recorde de R\$ 276,5 bilhões no crédito em 2024

Ao longo de 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve impacto de R\$ 276,5 bilhões no crédito disponível na economia brasileira. O valor é o maior impacto já registrado na história do banco público e representa aumento de 26% em relação a 2023.

O lucro da instituição cresceu 20,5% em relação ao ano anterior e alcançou R\$ 26,4 bilhões. Os dados foram divulgados na terça-feira (25) na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

O total de R\$ 276,5 bilhões de impacto no crédito é a soma de R\$ 212,6 bilhões em aprovação de financiamentos e R\$ 63,9 bilhões do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que consiste em garantias para empresas de menor porte conseguirem empréstimos em bancos.

A aprovação de crédito cresceu 22% em relação a 2023. O banco também divulgou que os desembolsos – dinheiro efetivamente liberado no ano – somaram R\$ 133,7 bilhões, alta de 17% ante o ano anterior.

O valor das aprovações é maior que os desembolsos pois parte dos recursos costuma ser liberada em etapas – as chamadas tranches – em vários anos.

Função do banco

O BNDES é instituição financeira vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e funciona como um braço do governo para apoiar financeiramente investimentos que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país.

Ao destacar os resultados de 2024, o diretor financeiro e de mercado de capitais, Alexandre Abreu, destacou que, pela primeira vez desde 2017, a indústria (R\$ 52,4 bilhões) teve mais liberação de crédito do que a agropecuária (R\$ 52,3 bilhões).

“O que mostra o sucesso das políticas voltadas para o fortalecimento da indústria, principalmente da Nova Indústria Brasil (NIB, política industrial do governo)”, apontou.

Para o presidente do BNDES,

Aloizio Mercadante, é um “ótimo indicador”.

“A indústria é um setor que gera muito valor agregado, mão de obra, empregos mais qualificados, gera inovação tecnológica”.

O setor que mais atraiu a aprovação de financiamentos foi o de infraestrutura (R\$ 74,6 bilhões). Comércio e serviço atraíram (R\$ 33,4 bilhões).

Mercadante enfatizou que no crédito de infraestrutura, houve uma mudança de perfil.

“Nós continuamos crescendo fortemente, mas antes, era o saneamento que liderava, agora é o crédito rodoviário”

Micro e pequenas

Alexandre Abreu ressaltou também que o impacto no crédito para micro e pequena empresa (desembolso e garantias) atingiu R\$ 156,3 bilhões em 2024, crescimento de 119,8% desde 2022 e 44,7% ante 2023. Esses aumentos são maiores que o volume total para todas as empresas (81% e 26%, respectivamente).

“Mostra que o nosso foco em

pequenas e médias empresas é muito grande e vem se expressando através dos números”.

Lucro

Do lucro líquido de R\$ 26,4 bilhões, metade foi recorrente, R\$ 13,2 bilhões. A outra metade é composta de eventos não recorrentes, ou seja, que não acontecem necessariamente sempre, como recebimento de dividendos de empresas investidas e recuperação de dívidas atrasadas.

Em 2024, o BNDES recebeu R\$ 10,4 bilhões em dividendos de empresas das quais detém ações, principalmente Petrobras e JBS (indústria alimentícia).

De acordo com a diretoria do BNDES, o lucro do banco é o terceiro maior entre os principais bancos do país em valores nominais (sem descontar a inflação). Perde para o Itaú (R\$ 40,2 bilhões) e Banco do Brasil (R\$ 37,9 bilhões).

No entanto, em relação ao número de funcionários, o BNDES lidera o ranking, como lucro líquido de R\$ 11,35 milhões por funcionários.

O BNDES fechou 2024 com

patrimônio líquido de R\$ 158,4 bilhões e carteira de crédito de R\$ 584,8 bilhões – o maior valor em sete anos.

A inadimplência superior a 90 dias foi de 0,001%. “Praticamente zero”, destaca Abreu. No mercado bancário brasileiro como um todo, o índice de inadimplência é de 2,95%, segundo o diretor.

Contas públicas

Ao longo do ano passado, o banco repassou R\$ 29,5 bilhões em dividendos ao governo, o que ajudou as contas públicas. “É um resultado extraordinário que ajudou no arcabouço fiscal”, afirmou Mercadante. “Isso foi direto para o Tesouro”, completou.

O banco público mantém até o fim de 2024 carteira de participação societária (ações de outras empresas e fundos de investimentos) de R\$ 82 bilhões, 30,8% a mais que em 2022. Além de Petrobras e JBS, outras grandes empresas investidas do banco são Eletrobras e Companhia Paranaense de Energia (Copel).

O portfólio de participação

societária é o mesmo desde o fim de 2022, ou seja, o crescimento de R\$ 19,3 bilhões nesse período se deveu à valorização dos ativos. “Se tivéssemos vendido, nós teríamos deixado de ganhar esses valores, fora os dividendos que recebemos”, disse o diretor Abreu.

Projeção

Mercadante acredita que a despeito da alta da taxa de juros no país, para combater a inflação, o BNDES terá papel importante na concessão de empréstimos. Ele citou investimentos de infraestrutura em rodovias, que devem somar R\$ 30 bilhões em 2025.

Atualmente, a aprovação de crédito do banco está em 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB, medição do tamanho da economia). Até 2026, o banco espera alcançar 2% do PIB.

“Estamos bastante empenhados em entregar esse esforço do crédito, que é muito importante para manter o crescimento, emprego e desenvolvimento”. (Agência Brasil)

Inflação dos alimentos desacelera para 0,61%, diz pesquisa do IBGE

A prévia da inflação de fevereiro mostra desaceleração nos preços dos alimentos, ou seja, subiram menos do que em janeiro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) indica que, neste mês, houve alta de 0,61%, a menor desde setembro de 2024 (0,05%).

A informação foi divulgada na terça-feira (25) pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA-15 funciona como prévia da inflação oficial e o IPCA é a inflação oficial.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos.

A diferença é que os preços

são pesquisados antes mesmo de acabar o mês de referência, justamente para servir como prévia. Em relação a divulgação atual, o período de coleta foi de 15 de janeiro a 12 de fevereiro.

A inflação dos alimentos tem sido uma das principais preocupações do governo. Entre os fatores que têm elevado o custo figuram questões climáticas.

O IPCA-15 de fevereiro mostrou que os alimentos tiveram impacto de 0,14 ponto percentual (p.p.) no índice geral. O IBGE mostrou que a alimentação no domicílio subiu 0,63%, abaixo do registrado em janeiro, 1,10%.

Os principais aumentos foram da cenoura (17,62%) e café moído (11,63%). Entre as quedas,

destacam-se a batata-inglesa (-8,17%), arroz (-1,49%) e frutas (-1,18%).

A alimentação fora do domicílio desacelerou de 0,93% para 0,56% em fevereiro. Dentro deste subgrupo, a refeição (0,43%) e o lanche (0,77%) tiveram variações inferiores às observadas no mês anterior (0,96% e 0,98%, respectivamente).

Apesar da desaceleração dentro do IPCA-15 de fevereiro, a inflação dos alimentos no acumulado de 12 meses está acima da inflação geral.

Enquanto o IPCA-15 soma 4,96%, o grupo alimentos e bebidas registra 7,12%. Em janeiro, o acumulado dos alimentos era de 7,49%. Em dezembro, chegou a 8%. (Agência Brasil)

Finanças pautam nova rodada da COP16 da Biodiversidade em Roma

A 16ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16) foi retomada, na terça-feira (25), na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália, para nova rodada de negociações globais. No centro do debate – que prossegue até o dia 27 – está o financiamento para conservação e uso sustentável da diversidade de vida no planeta.

O primeiro encontro, ocorrido em Cali, entre os dias 20 de outubro e 1º de novembro de 2024, terminou sem que os mais de 190 países presentes alcançassem acordo sobre o valor e a forma de financiamento das ações globais de biodiversidade.

A maior parte países, inclusive o Brasil, não chegaram a apresentar nova proposta de Estratégias e Planos de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP na sigla em inglês), alinhadas ao Marco Global de Kunming-Montreal (GBF na sigla em inglês).

Por outro lado, a convenção avançou na construção de consenso para um acordo histórico sobre compartilhamento de be-

nefícios do uso de informações genéticas de todo o mundo, além dos países concordarem com a criação do Fundo Cali, com a destinação 1% do lucro ou 0,1% da sua receita de comércios que fazem uso desse patrimônio global dos recursos naturais, como farmácias e indústrias.

Segundo secretária nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Rita Mesquita, embora a primeira rodada tenha avançado em ações significativas, inclusive com a participação ativa do Brasil, como na criação de um órgão oficial na estrutura da COP integrado por populações tradicionais, a temática financeira ainda precisa de mais debate. “Metas ambiciosas exigem recursos disponíveis para sua implementação. E essa questão ficou um pouco em aberto e não há ainda um consenso”, diz.

Impasses

De acordo com a secretária, os impasses giram em torno tanto do valor quanto da arquitetura dos mecanismos de financiamento. O parâmetro inicial é US\$ 200 bilhões ao ano até 2030, a partir de fontes diversificadas,

conforme estabelecido no Marco de Kunming-Montreal.

No entanto, os países com maior biodiversidade são, em maioria, países menos desenvolvidos e, portanto, com menos recursos financeiros para garantir o cumprimento de metas ambiciosas. Já os países mais ricos e desenvolvidos ainda promovem ações prejudiciais à biodiversidade, como por exemplo os incentivos fiscais dados às atividades econômicas que exploram a diversidade natural de forma predatória. “Alguns países propuseram que a gente só votasse essas metas mais ambiciosas a partir de assegurar os financiamentos”, afirma a secretária.

Fundos

De acordo com Rita Mesquita, também há uma sensação de insatisfação com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), que é o principal instrumento econômico existente para financiar a biodiversidade. O entendimento é que a ferramenta precisa de aprimoramento na governança e tomada de decisões, além de outros recursos de financiamento complementares.

“Os instrumentos para financiar parecem estar meio petrificados no tempo. Eles precisam ser dinâmicos e também precisam ser mais flexíveis. E assim eu espero que um ponto importante nessa segunda etapa da COP16 é a gente aprofundar a discussão da flexibilidade desses instrumentos e deles serem mais dinâmicos”, reforça.

A secretária entende também ser necessário o fortalecimento de novas ferramentas como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF - Tropical Forest Forever Facility, em inglês) lançado pelo Brasil).

“É uma ferramenta que busca fazer uma transferência direta de recursos para quem está fazendo manutenção da floresta em pé. Isso não tem nada a ver com carbono, mas é um reconhecimento do valor da floresta, a necessidade de se apontar recursos para isso”, destaca.

Metas

Na segunda rodada de negociações em Roma, o Brasil chegará com as metas nacionais definidas e reconhecidas pelo governo brasileiro confirmando o alinhamento do plano e estratégia nacional ao Marco de

Kunming-Montreal e a posição favorável a construção de um consenso.

“Dentro das nossas metas, a gente também diz que vai con-

tribuir para chegarmos a esse montante de recursos que o mundo, globalmente, precisa chegar”, conclui Rita. (Agência Brasil)

Serasa, Correios e Febraban fazem mutirão para atender endividados

Correios, em parceria com a Serasa e a Federação Brasileira e Federação Brasileiras de Bancos (Febraban), iniciaram esta semana um mutirão para viabilizar o atendimento presencial e gratuito a pessoas endividadas. Interessados podem se dirigir a qualquer agência dos Correios, onde serão informados sobre quais débitos estão em seu nome na plataforma Limpa Nome.

Por meio de uma parceria com 1.456 empresas, serão oferecidos, segundo os Correios, descontos de até 99%, parcelamento de até 72 vezes e a possibilidade de limpar o nome e aumentar a pontuação de score na hora. O serviço faz parte do Feirão Serasa 2025.

“Nossa equipe está treina-

da para ajudar os cidadãos que querem resolver suas pendências financeiras com um atendimento prático e rápido”, informaram os Correios, garantindo que não cobrará qualquer taxa pelo serviço de consulta em todas suas 10 mil agências até o dia 31 de março.

Os interessados em negociar suas dívidas devem apresentar um documento oficial com foto para conferir as ofertas disponíveis e escolher quais contas deseja pagar, bem como a forma de pagamento, se à vista ou parcelada. Contas pagas com Pix podem ter descontos especiais.

De acordo com a Serasa, há, em todo país, mais de 74 milhões de pessoas negativadas. (Agência Brasil)



A vida em primeiro lugar

4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2024 foi marcado pela continuação do crescimento da 4Bio, pela consolidação da parceria com a Raia Drogasil (detentora de 100% do capital da 4Bio) e pela continuação da implementação das ações do planejamento estratégico (que havia sido definido em 2018). Com isto, estamos construindo as condições para continuar a crescer de forma acelerada em medicamentos especiais, segmento farmacêutico em maior crescimento no Brasil e no mundo. Estamos preparados para enfrentar os desafios de crescimento, inovando e encantando os nossos clientes e fornecedores permanentemente para nos consolidarmos como referência nacional na comercialização de medicamentos especiais. O foco da Administração continuará em atender clientes e fornecedores com excelência, buscar inovação constante na cadeia da saúde e crescer com rentabilidade.

Balanco Patrimonial - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.764	31.240
Contas a receber de clientes	7	696.010	538.606
Estoques	8	430.337	313.887
Tributos a recuperar	9	37.087	1.804
Imposto de renda e contribuição social	10	2.355	36
Outros ativos circulantes		45.559	41.546
Despesas antecipadas		627	620
		1.230.639	927.730
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	4.513	18.070
Imposto de renda e contribuição social	10	16.586	14.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	109.878	74.702
Depósitos judiciais	19	223.134	209.264
Imobilizado	12	5.695	6.689
Direito de uso em arrendamentos	18	5.410	3.982
Intangível	13	6.558	6.622
		371.774	333.351
Total do ativo		1.602.413	1.261.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	21	3.066.638	2.523.439		
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	(2.826.448)	(2.298.605)		
Lucro bruto		239.190	224.834		
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	22	(49.415)	(36.688)		
Vendas	22	(119.843)	(94.715)		
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	2.310	(46.727)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		72.242	46.704		
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	(99.091)	(81.113)		
Receitas financeiras	24	89.957	65.487		
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		63.108	31.078		
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	(10.272)	(15.276)		
Diferido	25	35.176	64.345		
		24.904	49.069		
Lucro líquido do exercício		88.012	80.167		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)								
	Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Incentivo fiscal	Legal	Inves-timentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		24.027	(172)	276.190	7.673	3.723	-	311.441
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.167	80.167
Constituição de reserva legal	20.b)	-	(54)	-	-	-	-	(54)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	20.d)	-	-	80.167	-	-	(80.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		24.027	(226)	356.357	7.673	3.723	-	391.554
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	88.012	88.012
Aumento de capital social	20.b)	240.000	-	-	-	-	-	240.000
Reserva de capital		-	(60)	-	-	-	-	(60)
Constituição de reserva legal	20.b)	-	-	-	-	4.401	-	(4.401)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	20.d)	-	-	83.611	-	-	-	(83.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		264.027	(286)	439.968	12.074	3.723	-	719.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		88.012	80.167		
Resultado abrangente					
Total do resultado abrangente do exercício		88.012	80.167		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. Contexto operacional: A 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 2004 e suas atividades concentram-se na comercialização de medicamentos especiais e correlatos de alta tecnologia (utilizados para tratar condições graves de saúde ou de ameaça à vida prescritos por especialistas clínicos), sem manipulação de fórmulas, serviços de aplicação de medicamentos, fornecimento de infraestrutura de apoio ao paciente, consultoria em gestão empresarial, tecnologia de informação, fornecimentos e gestão de recursos humanos, pesquisa de mercado e de opinião pública e marketing direto. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjunto 2, Chácara Itaim. O serviço de entrega dos medicamentos é realizado diretamente no destino onde se encontra o cliente por meio das sete centrais de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Curitiba e Salvador. Em 2015, ocorreu a mudança do controle acionário da Companhia onde o acionista controlador passou a ser a Raia Drogasil S.A. ("Raia Drogasil"), detendo 55% das ações ordinárias da Companhia. Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrangeira apresentou à Raia Drogasil S.A. (controladora) a Notificação de Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. Em 30 de abril de 2024, o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") apresentou à RD Saúde a Notificação de Exercício da Segunda Opção de Venda das ações equivalentes a 15% do capital social da controlada 4Bio Medicamentos S.A. A transferência das ações ocorreu em 3 de maio de 2024. A partir desta data, a Raia Drogasil S.A. (controladora) passou a deter 100% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. 2. Base de elaboração: a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras estão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e foram preparadas conforme normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024, e evidenciam todas as informações relevantes e obrigatórias para a compreensão e tomada de decisão, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 - As normas contábeis a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. a) NBC TG 03 (R3)/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores - As alterações ao NBC TG 03 (R3)/IFRS 7 esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação das alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 / NBC TG 03 (R3), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 17 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atuando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. b) IFRS 19: Substituição sem Responsabilidade Pública: Divulgações - Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC - 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ser uma controlada (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. c) NBC TG 18 (R3)/IAS 28: Investimento em Coligada, em Controlada, e empreendimento Controlado - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e a interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das					

referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la às atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. d) **NBC TG 02 (R3)/IAS 21: Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis** - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Diretiva de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa de taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) **Vendas de medicamentos** - As receitas da Companhia advêm da venda de medicamentos para gestoras de planos de saúde, hospitais e clínicas, pessoa física e jurídica ("clientes"). Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, ou seja, na transferência do bem no local de destino definido pelo cliente. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. **Devoluções e cancelamento** - Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquida das devoluções e cancelamentos esperados. b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização. c) **Aplicações financeiras** - Registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem seu valor justo ou de realização. d) **Operações financeiras** - Registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem seu valor justo ou de realização. Possui um prazo de resgate superior a 90 dias da data da contratação, com risco de mudança de valor se resgatadas antecipadamente. e) **Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas** - Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. e) **Estoques** - Avaliados pelo método do custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), que não excede seu valor de realização, quando este for menor, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e de custos necessários à realização da venda. **Acordos comerciais** - Além das compras regulares de produtos, a Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciadas de seus produtos. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características e naturezas complexas. As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios atrelados à venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; e (ii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas. A média que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado etc.), a Companhia reconhece o ganho auferido com essas negociações reduzindo o custo dos produtos vendidos, em contrapartida de outros ativos circulantes. g) **Imobilizado** - Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Equipamentos de informática - 5 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; • Benefícios em propriedades de terceiros - 5 anos. h) **Arrendamentos** - A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: • O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo

durante o prazo do arrendamento; • A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; e • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. **Ativos de direito de uso** - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. j) **Intangível** - Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível e capitalizados como tal quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. Estão representados por gastos com aquisição de informações, incrementos e formação de base de dados e sistemas de computação, os quais são amortizados pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado desses ativos. j) **Instrumentos financeiros** - Inicialmente, registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. k) **Demandações judiciais** - Registradas somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, uma saída de recursos seja provável para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. l) **Demais ativos e passivos** - Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, de acordo com os contratos vigentes. m) **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - **Tributos correntes** - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Aprovação para pagamento de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. **Tributos diferidos** - Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quanto o respectivo imposto de renda e contribuição social foram realizados. A recuperação do saldo dos Tributos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. n) **Ajuste a valor presente** - Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras e tais impactos foram registrados nas rubricas de receita e despesas financeiras. o) **Crédito presumido de ICMS** - São auferidos pela Companhia, benefícios fiscais decorrentes de tratamento tributário diferenciado de apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por operações conduzidas nas filiais situadas nos Estados de Tocantins - Palmas, Pernambuco - Recife, Curitiba - Paraná e Salvador - Bahia. O ganho é reconhecido no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios da mercadoria são transferidos ao comprador. Essa receita é reconhecida na demonstração do resultado na Companhia, a rubrica da dedução de receita bruta de vendas. p) **Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei Complementar nº 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida lei, está destinando os montantes descritos na nota explicativa nº 20, para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais (110.850) (139.716)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aporte de capital 240.000
Aquisições de imobilizado e intangível (3.187) (6.101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento 236.813 (6.101)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos tomados 88.869 386.430
Pagamentos de empréstimos (225.000) (238.430)
Pagamentos de arrendamentos (2.308) (2.228)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento (138.439) 145.772

Aumento de caixa e equivalente de caixa (12.476) (44)

Caixa e equivalente de caixa

No início do exercício 31.240 31.284
No final do exercício 18.764 31.240
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (12.476) (44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

General Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

5. Julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante aos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: a) **Provisão para demandas judiciais** - É constituída para todos os riscos referentes a processos administrativo-judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. b) **Provisão para perdas de crédito esperadas** - Conforme descrito na nota explicativa nº 4, d, a Companhia elabora uma avaliação ponderada da probabilidade de perdas de crédito tendo como referência as perdas históricas de créditos de clientes em uma mesma categoria em conjunto com projeções de premissas e eventos futuros. A provisão para perdas esperadas é calculada para os casos ou as categorias de clientes em que haja indicações de que o risco de crédito existe no momento do reconhecimento inicial da venda. c) **Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível** - Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. d) **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário** - Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, este último é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, imediatamente, no resultado do exercício. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, no caso a própria Companhia, é utilizada para o



PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35.300.555830
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2025

A Reunião do Conselho de Administração foi realizada no dia 23 de janeiro de 2025 às 11h, na sede social da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivattiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, tendo sido aprovados as seguintes assuntos: (i) a distribuição de dividendos intercalares no montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), à razão de R\$ 1,00601344547 por ação ordinária de emissão da Companhia, à conta de lucros acumulados apurados com base no balanço trimestral datado de 30/09/2024, conforme Informações Trimestrais do 3º trimestre de 2024. Fica consignado que farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data base de 28/01/2025. O pagamento dos dividendos intercalares ora aprovados será realizada no dia 04/02/2024, em moeda corrente nacional, sem correção monetária e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar os atos necessários à implementação da deliberação aprovada. Registrada na JUCESP sob o nº 57784/25-5 em sessão de 20/01/2025, e sua versão na íntegra encontra-se disponível nos websites: <https://ri.planoeplano.com.br/> e <https://odiassp.com.br/>.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Uma Empresa do Grupo PNM
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Sexta Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 369ª e 370ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 369ª e 370ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 369ª e 370ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a **reunirem-se em 1ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a se realizar no dia 31 de março de 2025 às 15 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados a **reunirem-se em 2ª convocação para a AGT, a se realizar no dia 15 de abril de 2025 às 15 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos da Resolução CVM 60. As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente estão disponíveis no website da Securitizadora. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. (iii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Uma Empresa do Grupo PNM
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Quarta Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a **reunirem-se em 1ª convocação para a Quarta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a se realizar no dia 31 de março de 2025 às 16 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados a **reunirem-se em 2ª convocação para a AGT, a se realizar no dia 15 de abril de 2025 às 16 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos da Resolução CVM 60. As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente estão disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não estiver opinado modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. (iii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Uma Empresa do Grupo PNM
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Sexta Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 313ª e 314ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 313ª e 314ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 313ª e 314ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a **reunirem-se em 1ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a se realizar no dia 26 de março de 2025 às 16 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados a **reunirem-se em 2ª convocação para a AGT, a se realizar no dia 09 de abril de 2025 às 16 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos da Resolução CVM 60. As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente estão disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não estiver opinado modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. (iii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PUNTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp **ANJ** **abra** **ADJORB**

Goveto anuncia vacina 100% nacional contra a dengue no SUS em 2026

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciaram na terça-feira (25), em Brasília, a produção - em larga escala - da primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue.

A previsão é que, a partir de 2026, sejam ofertadas 60 milhões de doses anuais, com possibilidade de ampliação do quantitativo conforme demanda e capacidade produtiva.

"A gente espera, em dois anos, poder vacinar toda a população elegível [de 2 a 59 anos]", disse a ministra, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

"Por enquanto, os idosos ainda não poderão tomar a vacina porque, quando as vacinas são testadas, há sempre um cuidado com a população idosa", explicou Nísia, ao se referir às fases de testes clínicos de imunizantes.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda avalia o pedido de registro do imunizante, feito pelo Instituto Butantan em dezembro de 2024. Há cerca de duas semanas, a agência solicitou mais informações e dados complementares sobre a vacina e informou que foi concluída, de forma antecipada, a análise de

dados de qualidade, segurança e eficácia apresentados.

Produção em larga escala

Segundo o governo federal, a partir de uma parceria entre o Instituto Butantan e a empresa WuXi Biologics, a produção em larga escala da vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue se dará por meio do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local do Ministério da Saúde, já aprovado e em fase final de desenvolvimento tecnológico.

Sob a coordenação do ministério, por meio do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o projeto contou, ainda, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da pesquisa clínica.

"O Ministério da Saúde entrará com o poder de compra", destacou a ministra, ao citar a visita de uma equipe da pasta à China para "assumir o compromisso que, de fato, haverá essa compra pelo governo federal".

"Com isso, teremos a possibilidade de vacinar a população brasileira dentro da faixa que foi recomendada pela Anvisa para a dengue, um fato único no mundo até agora", acrescentou.

O investimento, segundo Nísia, é de R\$ 1,26 bilhão. Também estão previstos R\$ 68 milhões em estudos clínicos para ampliar a faixa etária a ser imunizada e incluir idosos, além de avaliar a coadministração da dose contra a dengue com a vacina contra o Chikungunya, também desenvolvida pelo Instituto Butantan.

Prevenção

Ainda de acordo com o governo federal, a vacina segue como prioridade no enfrentamento à dengue no país. Entretanto, até que a vacinação em massa aconteça, a orientação é manter o reforço de ações de prevenção, vigilância e preparação da rede de assistência, visando evitar mortes.

Dados do Painel de Monitoramento das Arboviroses indicam que, em 2025, o Brasil registra 401.408 casos prováveis de dengue e 160 óbitos confirmados pela doença, além de 387 em investigação. O coeficiente de incidência, neste momento, é de 188,8 casos para cada 100 mil habitantes.

Insulina Glargina

O governo federal também anunciou, em Brasília, a fabricação nacional da insulina Glargina como parte do Programa de

Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), do Ministério da Saúde. O projeto envolve a produção nacional do insumo farmacêutico ativo (IFA) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a ampliação da fabricação do produto final pela Biomm, empresa que recebeu o registro para a produção de insulina Glargina.

"A produção do IFA será realizada na planta da Fiocruz em Eusébio, no Ceará, fortalecendo o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e incentivando o desenvolvimento regional. Esta será a primeira planta produtiva de IFA de insulina da América Latina, assegurando ao Brasil uma cadeia produtiva completa para o abastecimento do SUS", destacou o Ministério da Saúde, em nota.

A previsão é que a produção de insulina da Biomm possa atingir 70 milhões de unidades anuais ao final do projeto. O primeiro fornecimento dessa parceria ao SUS está previsto para o segundo semestre de 2025.

Virus sincicial respiratório

Outro anúncio trata de uma parceria entre o Instituto Butantan e a Pfizer que vai permitir a

produção de até 8 milhões de doses anuais da vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) no Brasil, atendendo à demanda atual do SUS e possibilitando a ampliação do público-alvo, incluindo a população idosa. O investimento total é de R\$ 1,26 bilhão entre 2023 a 2027.

O ministério estima que, por meio da imunização, serão evitadas 28 mil internações anuais causadas por complicações do VSR. O primeiro fornecimento da vacina para o SUS está previsto para o segundo semestre de 2025. A estratégia adotada pelo ministério inclui ainda a negociação de preços com os produtores, a incorporação de anticorpos contra o vírus para bebês prematuros e a oferta da vacina para gestantes.

Influenza

O governo federal informou que as parcerias firmadas também vão garantir inovação e acesso à vacina Influenza H5N8, "colocando o Brasil na vanguarda global para apresentar uma resposta rápida e eficaz a futuras emergências".

Fica garantida a composição de estoque estratégico, fortalecendo a preparação e a aceleração da capacidade de produção

e inovação do país, permitindo ajustes rápidos na formulação da vacina conforme a evolução do patógeno; e a capacidade produtiva disponível para a produção e fornecimento de mais de 30 milhões de doses/ano.

Em discurso no evento, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, destacou as iniciativas e investimentos do governo federal no setor industrial da saúde. As ações anunciadas estão alinhadas à estratégia da Nova Indústria Brasil (NIB), que é a política de governo para atração de investimentos para o desenvolvimento da indústria nacional.

Segundo Alckmin, o setor da saúde foi o que mais tirou recurso para inovação. "O presidente Lula fez a depreciação acelerada para renovar parque industrial, trocar máquinas e equipamentos. O presidente Lula fez TR [taxa referencial] para pesquisa, desenvolvimento e inovação, é juro real zero; R\$ 80 bilhões do BNDES, Finep, Embraip e ainda recursos, às vezes, não reembolsáveis, dependendo do tipo de pesquisa", destacou o vice-presidente. (Agência Brasil)

PEC contra escala 6x1 é protocolada na Câmara com 234 assinaturas

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) foi protocolada na Câmara dos Deputados na terça-feira (25), com 234 assinaturas. Foram 63 assinaturas a mais que o necessário para ingressar com uma proposta de emenda constitucional.

A PEC estabelece uma semana de quatro dias de trabalho. A deputada federal Erika Hilton (PSOL-RJ), que lidera a articulação pela PEC na Casa, afirmou que foram meses de conversas com parlamentares e mobilizações para se chegar a este momento de registrar a proposta na Câmara.

Em coletiva à imprensa na terça, a deputada disse que essa escala é considerada obsoleta.

"Já há apontamentos políticos e econômicos mostrando que há sim possibilidade de repensarmos essa jornada de trabalho, como foi feito em outros lugares no mundo, aplicando à nossa realidade", argumentou.

A parlamentar disse que pretende se reunir com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) após o carnaval para conversar sobre o tema e entregar um abaixo-assinado que já conta com quase 3 milhões de assina-

sinaturas pedindo o fim da escala 6x1.

"Agora resta saber se o Congresso Nacional terá interesse político e responsabilizada com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e se dará a atenção necessária para que esse texto ganhe um relator, para que a comissão especial seja instalada e para que a gente tenha condições de fazer esse debate como deve ser feito", disse Erika.

Ela garantiu que a PEC conta com o apoio de diversos partidos, inclusive de centro e de direita. "Isso desmonta a ideia de que a esquerda está se empenhando nessa discussão. Acho que os únicos que não estão empenhados nesse debate é a extrema-direita". Ela contou que a proposta havia recebido a assinatura de dois deputados do PL, mas, por orientação do partido, o apoio foi retirado.

A PEC altera o inciso XII do artigo 7º da Constituição brasileira, que passaria a vigorar com a seguinte redação: "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção

coletiva de trabalho".

O debate para redução da jornada de trabalho vem ganhando força a partir do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), fundado pelo vereador carioca Rick Azevedo (Pso1), e que tem mobilizado manifestações e atos pelo fim da escala 6x1.

"O mercado chora a 'falta de mão de obra', mas não quer admitir o óbvio: o povo cansou de ser burro de carga. A escala 6x1 destrói a saúde, rouba o tempo de vida e paga mal. Ninguém quer adoecer para enriquecer patrão", afirmou Azevedo em uma rede social.

O vereador chamou a população para fazer um protesto durante o feriado de 1º de maio pedindo a mudança na escala de trabalho. "No dia 2 de maio fique em casa em protesto a essa escala escravocrata. Estou muito feliz por esse protocolo, mas muita luta ainda está por vir".

Para uma PEC ser aprovada na Câmara, são necessários os votos de, no mínimo, 308 dos 513 deputados e deputadas, em dois turnos de votação. A medida tem dividido opiniões, tanto no meio patronal, quanto sindical.

Para os críticos, a medida levaria ao aumento dos custos operacionais das empresas,

segundo defendeu a entidade patronal Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na coletiva, o deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse que vai pedir o apoio do governo para conseguir os votos necessários para aprovar a PEC no Congresso. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE) garantiu que vai se empenhar nas articulações dentro e fora do plenário para aprovar a proposta.

Outras propostas

Ao menos outras duas PECs tratam da redução de jornada no Congresso Nacional, mas não acabam com a jornada 6 por 1, que é a principal demanda do VAT.

Apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a PEC 221/2019 propõe uma redução, em um prazo de dez anos, de 44 horas semanais por 36 horas semanais de trabalho sem redução de salário.

A PEC 221 aguarda a designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Existe ainda a possibilidade que a PEC protocolada na terça-feira pela deputada Erika Hilton seja apresentada à proposta do deputado Reginaldo Lopes. (Agência Brasil)

Bolsonaro aciona STF para impedir Dino e Zanin em ação sobre golpe

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu na terça-feira (25) que os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), sejam impedidos de julgá-lo por tentativa de golpe de Estado.

A medida já havia sido antecipada para a imprensa no dia anterior, após reunião do advogado do ex-presidente, Celso Vilardi, com o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso.

As petições foram endereçadas ao próprio Barroso, uma vez que cabe ao presidente do Supremo a relatoria sobre as arguições de impedimento.

No caso de Dino, o principal argumento é o de que o ministro apresentou, em 2021, em meio à pandemia da covid-19 e quando era governador do Maranhão, uma queixa-crime contra Bolsonaro, que à época era o presidente, acusando-o de calúnia.

No pedido de impedimento da terça-feira, o advogado argumenta que "a pré-existência de queixa-crime envolvendo, de um lado, o juiz, e de outro lado, a parte, é causa típica de impedimento". Para o defensor, a causa de impedimento é "objetiva" e por isso não seria necessário provar a parcialidade de Dino.

No caso de Zanin, o defensor argumenta que o próprio ministro já se declarou impedido no recurso em que Bolsonaro buscava reverter sua inelegibilidade decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no ano passado.

Na ocasião, Zanin se declarou impedido por ter atuado como advogado na Justiça Eleitoral em uma representação contra Bolsonaro que abordava a reunião com embaixadores em que o ex-presidente atacou o sistema eleitoral, mesmo fato que resultou na sua inelegibilidade.

O advogado de Bolsonaro aponta que a mesma reunião com embaixadores também consta na denúncia apresentada em 19 de fevereiro contra o ex-presidente pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

"Ou seja, os fatos foram lá imputados a Jair Messias Bolsonaro como violadores da legislação eleitoral e, por essa razão, o próprio ministro declarou-se impedido para atuar no feito quando de sua chegada ao STF. Esses mesmos fatos são agora imputados a Jair Messias Bolsonaro como violadores da legislação penal e, por essa razão, deve-se também declarar o impedimento para atuação no feito", sustentou a defesa.

Tanto o Código de Processo Penal (CPP) quanto o Código de Processo Civil (CPC) preveem o impedimento objetivo do magistrado nos casos apresentados pela defesa, sustenta Vilardi.

Nas duas petições em que pede os impedimentos de Dino e Zanin, o advogado Celso Vilardi pede ainda que a denúncia seja julgada pelo plenário do Supremo, e não pela Primeira Turma, que tem sido responsável pelo caso. (Agência Brasil)